

## PARTE I – RECURSOS

### Capítulo 1

#### TEORIA GERAL DOS RECURSOS

1.1	Atos jurisdicionais .....	17
1.2	Meios de impugnação .....	20
1.2.1	Recursos .....	22
1.2.1.1	Conceito .....	23
1.2.1.2	Natureza jurídica .....	24
1.2.1.3	Fundamentos .....	25
1.2.1.4	Princípios gerais .....	26
1.2.1.4.1	Taxatividade .....	26
1.2.1.4.2	Unirrecorribilidade .....	27
1.2.1.4.3	Fungibilidade .....	29
1.2.1.4.4	Voluntariedade .....	30
1.2.1.4.5	Proibição de <i>reformatio in pejus</i> .....	31
1.2.1.5	Efeitos da interposição dos recursos .....	31
1.2.2	Ações autônomas de impugnação .....	34
1.2.2.1	Sucedâneos recursais ou ação autônoma de impugnação .....	34
1.2.2.2	Ações autônomas de impugnação “em espécie” .....	35
1.2.2.3	Meios de impugnação atípicos .....	38
1.3	Pressupostos de admissibilidade dos recursos .....	39
1.3.1	Pressupostos objetivos .....	39
1.3.1.1	Cabimento .....	39
1.3.1.2	Tempestividade .....	40
1.3.1.3	Regularidade formal ou procedimental .....	41
1.3.2	Pressupostos subjetivos .....	42
1.3.2.1	Legitimidade para recorrer .....	42
1.3.2.2	Legitimidade da parte .....	43
1.3.2.3	Legitimidade dos terceiros .....	44
1.3.2.4	Legitimidade do Ministério Público .....	44
1.3.3	Interesse recursal .....	45
1.3.3.1	Necessidade recursal .....	45
1.3.3.2	Utilidade de novo julgamento .....	46

1.4	Admissibilidade dos recursos antes da publicação.....	48
1.5	Desistência do recurso e renúncia ao direito de recorrer.....	51
1.5.1	Desistência do recurso.....	51
1.5.2	Renúncia ao direito de recorrer.....	53
1.6	Recurso adesivo.....	54
1.6.1	Renúncia ao recurso adesivo e desistência do recurso interposto	56

## Capítulo 2

### RECURSOS EM ESPÉCIE

2.1	Apelação.....	59
2.1.1	O cabimento da apelação em face da Lei nº 11.276/2006.....	60
2.1.2	Efeitos do recurso de apelação.....	63
2.1.2.1	A diminuição da utilização do efeito suspensivo nas sentenças.....	65
2.1.3	A inovação contida na Lei nº 11.277/2006 no recurso de apelação.....	69
2.1.3.1	A sucumbência no novo art. 285-A em face da vedação <i>reformatio in pejus</i> .....	71
2.1.4	Vista dos autos no julgamento de apelação ou agravo.....	72
2.2	Agravo.....	73
2.2.1	Agravo de instrumento.....	74
2.2.1.1	Retrospectiva histórica sobre o agravo de instrumento	74
2.2.1.2	O novo regime do agravo de instrumento – Lei nº 11.187/2005.....	76
2.2.1.3	Rito do agravo de instrumento.....	78
2.2.1.4	Regras para julgamento dos órgãos colegiados em face dos recursos de agravo e apelação.....	81
2.2.2	Agravo retido consoante a Lei nº 11.187/2005.....	82
2.2.2.1	Vantagens do agravo retido diante da celeridade processual.....	85
2.3	Embargos infringentes.....	86
2.3.1	Cabimento dos embargos infringentes.....	87
2.3.2	Efeitos dos embargos infringentes.....	87

2.3.3	Procedimento dos embargos infringentes.....	89
2.3.4	Cabimento dos embargos infringentes no mandado de segurança e em remessa <i>ex officio</i> .....	89
2.3.4.1	Embargos infringentes em mandado de segurança....	90
2.3.4.2	Embargos infringentes e remessa <i>ex officio</i> .....	91
2.3.5	Desacordo total e parcial.....	92
2.3.5.1	Considerações sobre o voto vencido.....	92
2.4	Embargos de declaração.....	93
2.4.1	O efeito modificativo dos embargos de declaração.....	96
2.4.2	Efeitos processuais dos embargos .....	97
2.5	Recurso especial e recurso extraordinário .....	98
2.5.1	Pontos em comum entre os recursos especial e extraordinário ...	100
2.5.2	Procedimento.....	102
2.5.3	A inadmissão dos recursos especial e extraordinário .....	103
2.5.3.1	Processamento do agravo contra o órgão <i>a quo</i> .....	103
2.5.3.2	Caso o recurso seja admitido.....	104
2.5.4	Cabimento do recurso especial em face da utilização de fonte eletrônica – Lei nº 11.341/2006.....	105
2.5.5	EC nº 45/2004 e as modificações em face do recurso extraordinário .....	107
2.5.5.1	O juízo de admissibilidade do recurso extraordinário após a EC nº 45/2004.....	108
2.5.5.1.1	Repercussão Geral.....	109
2.5.5.1.2	Arguição de Relevância .....	109
2.5.5.2	Relevância e transcendência da questão debatida ....	110
2.5.5.3	Ônus de arguição e demonstração da repercussão geral.....	110
2.5.5.4	Competência .....	111
2.5.5.5	<i>Quorum</i> e momento para apreciação.....	111
2.5.5.6	Julgamento público e motivado.....	111
2.5.5.7	Súmula do julgamento acerca da repercussão.....	111
2.5.5.8	Eficácia do reconhecimento da repercussão geral.....	111
2.5.5.9	Eficácia do não reconhecimento da repercussão geral	112
2.5.5.10	A irrecurribilidade da decisão que não conhece do RE por ausência de relevância e transcendência.....	112

2.5.5.11	Apresentação adequada da controvérsia e seleção de representação adequada .....	112
2.5.5.12	Eficácia do reconhecimento da repercussão geral da questão debatida .....	113
2.5.5.13	Eficácia do não reconhecimento da repercussão geral da questão debatida .....	113
2.5.5.14	Direito Intertemporal .....	113
2.5.6	Recursos Especiais Repetitivos .....	113
2.5.6.1	Procedimento de Julgamento em massa ou efeito extensivo do recurso especial em ações repetitivas .....	114
2.5.6.2	Natureza do novo procedimento .....	117
2.6	Recursos para o Supremo Tribunal Federal .....	118
2.6.1	Recurso ordinário .....	119
2.6.2	Recurso ordinário de agravo de instrumento .....	120
2.6.3	Embargos de divergência em recurso extraordinário .....	121
2.7	Recursos para o Superior Tribunal de Justiça .....	123
2.7.1	Recurso ordinário .....	123
2.7.2	Recurso ordinário de agravo .....	124
2.7.3	Embargos de divergência em recurso especial .....	125

### *Capítulo 3*

#### **LEI DE ARBITRAGEM**

3.1	Forma de resolução de conflito .....	128
3.1.1	Autotutela .....	128
3.1.2	Jurisdição .....	129
3.1.3	Autocomposição .....	129
3.2	Natureza jurídica do juízo arbitral .....	130
3.3	Classificação das sentenças arbitrais .....	131
3.4	Prazos e requisitos das sentenças arbitrais .....	131
3.5	Coisa julgada na arbitragem .....	132
3.6	Recurso e nulidade em face da sentença arbitral .....	133

**PARTE II – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS***Capítulo 1***DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE  
JURISDIÇÃO CONTENCIOSA**

1.1	Da ação de consignação em pagamento.....	136
1.2	Da ação de depósito.....	141
1.3	Da ação de anulação e substituição de títulos ao portador.....	145
1.4	Da ação de prestação de contas.....	146
1.5	Das ações possessórias.....	150
1.6	Da ação de nunciação de obra nova.....	153
1.7	Da ação de usucapião.....	157
1.8	Da ação de divisão e da demarcação de terras particulares.....	160
1.9	Do inventário e da partilha.....	162
1.10	Dos embargos de terceiro.....	181
1.11	Da habilitação.....	183
1.12	Da restauração de autos.....	184
1.13	Das vendas a crédito com reserva de domínio.....	187
1.14	Da ação monitória.....	188

*Capítulo 2***DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE  
JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA**

2.1	Das alienações judiciais.....	192
2.2	Da separação consensual.....	193
2.3	Dos testamentos e codicilos.....	195
2.4	Da herança jacente.....	200
2.5	Dos bens dos ausentes.....	201

2.6	Das coisas vagas .....	202
2.7	Da curatela de interditos.....	203
2.8	Da nomeação e remoção de tutor ou curador.....	204
2.9	Da organização e da fiscalização das fundações.....	206
2.10	Da especialização da hipoteca legal.....	207
	Bibliografia.....	211